

Centro de Apoio “Terra Viva” à Agricultura Urbana e Periurbana do Estado de Santa Catarina: promoção da segurança alimentar e nutricional em áreas periféricas urbanas e assentamentos de reforma agrária.

Prof. Dr. - Clarilton E. D. C. **RIBAS**
Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil
ccribas17@hotmail.com

Msc. Educação – Aline **KOROSUE**
Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil
akorosue@hotmail.com

Bacharel em Agronomia – Renata Gomes **RODRIGUES**
Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil
re_solg@hotmail.com

Bacharel em Agronomia – Susi Mara **FREDDI**
Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil
sufloripa@ibest.com.br

Resumo

Este trabalho relata a experiência exitosa em Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) coordenada, apoiada e fomentada pelo Centro de Apoio “Terra Viva” à Agricultura Urbana e Periurbana do Estado de Santa Catarina - CAAUP/SC, Brasil. Financiado com recursos do Governo Federal, este Centro conta com a gestão da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) por meio do Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária (LECERA), em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e os Comitês Gestores Municipais de AUP. A área de abrangência dessa estratégia política de combate a fome abarca municípios da região norte/nordeste que apresentam os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado. Com intuito de se criar sistemas produtivos locais, o CAAUP/SC desenvolve ações que visam promover a segurança alimentar e nutricional, a partir do fomento à produção e comercialização de hortaliças agroecológicas em assentamentos da reforma agrária, escolas municipais e espaços comunitários nas áreas urbanas mais fragilizadas socialmente dos municípios da região. Desde a sua inauguração em abril/2009, o CAAUP/SC já apoiou a implantação de 6 hortas comunitárias, 6 hortas escolares e mais de 425 unidades familiares de produção. Nestes espaços, além da produção agroecológica para o autoconsumo, os beneficiários têm a possibilidade concreta de geração de trabalho e renda, uma vez que os excedentes são comercializados em feiras livres nos próprios municípios. Além disso, o mercado institucional também garante a compra destes excedentes por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ambos constituindo ações conjuntas do governo brasileiro para produção e comercialização dos produtos da AUP. Como resultados concretos desta iniciativa, mais de 2000 famílias já foram beneficiadas diretamente e mais de 600 toneladas de alimentos já foram produzidas, contribuindo de forma consistente para o desenvolvimento sustentável da região.

Palavras-chave: <agricultura urbana>, <segurança alimentar>, <agroecologia>, <desenvolvimento sustentável>.

Abstract

This work tells the successful experience in Urban and Periurban Agriculture (AUP), coordinated, supported and funded by the "Terra Viva" Center of Support to Urban and Periurban Agriculture of the State of Santa Catarina – CAAUP/SC, Brasil. Financially supported by the Federal Government, this center is administrated by the Federal University of Santa Catarina, through the Laboratory of Education in the Countryside and Studies about the Agrarian Reform (LECERA), in partnership with the Landless Rural Workers Movement (MST) and the Municipal Coordination Committee de. AUP. The coverage area of this political strategy of combat to hunger covers the municipalities of the north/northeast, which present the smallest Human Development Numbers (IDH) of the State. With the intention of creating productive local systems, the CAAUP/SC develop actions which have the objective of promoting the nutritional food security, from the promotion to the production and commercialization of agroecological vegetables in agrarian reform settlements, municipal schools, and communitarian centers of socially fragilized urban areas of the Municipalities of the Region. Since its inauguration in April / 2009, the CAAUP/SC has supported the implementation of 6 communitarian gardens, 6 school gardens and more than 425 familiar production units. In this spaces, besides the agroecological production for self-consumption, the beneficiaries have the concrete possibility of generating employment and income by the commercialization of the surplus in fairs in their own regions. Furthermore, the institucional market also guarantees the purchase of that surplus through the Food Acquisition Program (PAA) and the National School Feeding Program (PNAE), both initiatives of the Brazilian Government to produce and commercialize the AUP products. As a concrete result of this initiative, more than 2000 families have been already directly benefited, and more than 600 tons of food have been produced, contributing consistently to the sustainable development of the region.

Keywords: <urban agriculture>, <food security>, <agroecology>, <sustainable development>.

Agricultura Urbana e Periurbana como ferramenta de Segurança Alimentar e Nutricional: definição da estratégia política.

Até a virada do século XIX a questão da fome não era observada e analisada como um fenômeno social e político, como fenômeno provocado pelo homem contra o próprio homem. O Brasil colônia e o Brasil monárquico não tiveram ações concretas de combate à fome. A percepção sobre o fenômeno da fome como uma questão e um problema social passível de se intervir só surgiu na agenda pública brasileira no início do século XX. A fome é encarada não mais sob o ponto de vista médico ou biológico, mas de forma contínua e social.

Na I Conferência Mundial da Alimentação, promovida pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO em 1974, ainda em meio à crise, a ideia da segurança alimentar e nutricional estava quase que exclusivamente atrelada à produção e preços agrícolas. Isso veio, inclusive, a fortalecer o argumento da indústria química na defesa da Revolução Verde. Procurava-se convencer de que o flagelo da fome no mundo desapareceria com o aumento significativo da produção agrícola, o que estaria assegurado com o alto emprego de fertilizantes e agrotóxicos. A produção mundial, ainda na década de

1970, se recuperou, embora não da mesma forma como prometia a Revolução Verde, muito menos acabando com a fome no mundo.

A partir daí, a discussão sobre fome teve seu foco na constatação da existência de subnutrição em caráter permanente, juntamente com a existência de grandes estoques de alimentos, seja em nível internacional seja na esfera dos Estados nacionais e suas subdivisões. O debate se voltou para a garantia da capacidade de acesso da população aos alimentos, especialmente nos países em desenvolvimento.

Dessa maneira, o referencial de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN perde sua simplicidade e na década de 1990 passa a englobar uma série de elementos: as noções de alimento seguro (não contaminado biológica ou quimicamente); de qualidade do alimento (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica); de equilíbrio da dieta, da informação e das opções culturais (hábitos alimentares) dos seres humanos. Tais conceitos foram surgindo em fóruns internacionais durante toda a década, conhecida como a década das conferências, e que alargaram o campo de atuação e de interesse da política de SAN no Brasil.

Devido ao alto índice de urbanização de municípios em regiões metropolitanas e a reafirmação constante de diferentes classes sociais no processo de desenvolvimento das cidades, a fome e outros resultados de um plano de desenvolvimento marginalizador, fazem parte do cotidiano de populações que residem em regiões metropolitanas. Paralelamente, os altos preços dos alimentos, a má distribuição de renda e a desigualdade social têm gerado um quadro de dificuldades no que permeia a segurança alimentar mundial, em especial de países em desenvolvimento como o Brasil.

Dessa forma, outros temas também entraram na agenda da construção da política de SAN, como os transgênicos, programas de transferência de renda e, igualmente, o desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana como ferramenta estratégica de combate a fome.

Na observância das mudanças nos vetores de expansão física das cidades, o combate à fome e a pobreza no Brasil vem sendo discutido através das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional. Destes eventos abrangentes e deliberadores, foram definidas diretrizes incisivas no tocante à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em todo território nacional, abrangendo, sobretudo, comunidades em situação de vulnerabilidade social. Uma das diretrizes refere-se à implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que congrega a questão da Agricultura Urbana e Periurbana - AUP como ferramenta de combate à fome.

Nesse sentido, a partir de 2006, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), instância do governo federal que articula, define e promove ações de combate à fome e pobreza, inicia uma série de ações práticas em articulação com outras

instâncias federais, com intuito de instalar Centros de Apoio a AUP em regiões metropolitanas de varios estados brasileiros que apresentam índices preocupantes de insegurança alimentar.

Em 2008, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio do Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária (LECERA) e em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) firmou convênio com o MDS para implantação de um Centro de Apoio a AUP na região metropolitana de Joinville, maior cidade do Estado.

Estruturalmente, estes Centros têm a finalidade de mobilizar e sensibilizar sociedade civil organizada, entidades, governos etc, para formação de conselhos locais que dialoguem suas ações na perspectiva de promover o Direito Humano à Alimentação Adequada, por intermédio do desenvolvimento da AUP com bases agroecológicas.

A implantação do Centro de Apoio, suas metas e objetivo inicial (2008 -2010)

Na forma de um instrumento prático que promove a interlocução dos atores sociais envolvidos com a temática e com o intuito de fomentar e fortalecer ações de AUP com foco na segurança alimentar e nutricional foi inaugurado oficialmente em 08 de abril de 2009, o Centro de Apoio “Terra Viva” à Agricultura Urbana e Periurbana de Santa Catarina - CAAUP/SC. Entretanto já executa ações desde julho de 2008. Sua sede localiza-se no Assentamento da Reforma Agrária Conquista do Litoral - município de Garuva, porém congrega municípios da região do litoral e planalto norte do estado.

O objetivo central era articular um Centro de Apoio que beneficiasse diretamente acampados e assentados da reforma agrária na região, congregando atividades de assistência técnica, formação e fomento a empreendimentos produtivos.

Desde a sua inauguração, as metas primordiais trafegam no sentido de fortalecer o empoderamento das comunidades, através da realização de capacitações dentro dos princípios da educação popular. Para tanto, a metodologia escolhida para as formações foi a participativa, que consiste em aportar os recursos científicos da Universidade em combinação com os saberes populares, gerando uma síntese dialético-pedagógica que combine sabedoria camponesa com as ciências formais.

A região do Litoral e Planalto norte foi definida como área de abrangência inicial, sobretudo por comportar municípios com os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado. Além disso, este território comporta um contingente de 704 famílias assentadas pelo programa de Reforma Agrária. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (2009) há ainda 400 famílias acampadas à espera

da regularização do processo de Reforma Agrária nas áreas ocupadas. No entanto, a Reforma Agrária não termina com o assentamento das famílias no campo. Conquistada a terra, faltam políticas públicas que ofereçam infra-estrutura necessária para o agricultor assentado se organizar e produzir com dignidade e qualidade de vida.

Para tanto, inúmeros fatores tais como crédito, assistência técnica, educação, atendimento à saúde e outras necessidades das famílias assentadas também precisam ser supridas. Um dos pontos nevrálgicos comuns a todos os assentamentos de Reforma Agrária refere-se ao acesso de tecnologia, quer seja de produção, quer seja de gestão.

Do ponto de vista da produção, os assentamentos de Reforma Agrária são compostos por famílias de camponeses quase sempre de escassa escolaridade. O pouco conhecimento que possuíam da atividade agrícola, em geral está vinculado a métodos e processos produtivos tecnologicamente superados, socialmente desequilibrados e ambientalmente agressivos. Do ponto de vista da tecnologia de gestão as carências são ainda maiores. Dificilmente se poderia esperar de estratos sociais historicamente excluídos uma realidade diferente. Este foi o desafio maior que o CAAUP/SC se propôs a enfrentar: mudar a realidade das famílias assentadas a fim de que estas pudessem reproduzir, de forma digna, a sua própria existência.

Nesse sentido, as articulações políticas que o CAAUP/SC promoveu na região permitiram um avanço significativo do processo de produção sob os princípios da agroecologia, do cooperativismo agrícola e da economia solidária. Este é o papel primordial da Universidade, como gestora e apoiadora da proposta: empregar a Ciência e Tecnologia (C&T) à serviço da Sociedade, cumprindo função social e ética de reforçar o caráter público das Universidades brasileiras e seu papel para o desenvolvimento local/regional em bases sustentáveis; buscando pela disseminação do conhecimento e minimização das distorções sociais e econômicas do país.

Concretamente, a meta inicial era atingir um público alvo de 225 agricultores acampados e assentados da reforma agrária, que na época dedicavam-se, principalmente, ao cultivo marginalizador do fumo. Este tipo de produção, além de contaminar o meio ambiente e os assentados, torna as famílias altamente dependentes das empresas fumageiras. Logo, a ideia era apoiar a produção de alimentos com bases agroecológicas como alternativa para a substituição do cultivo do fumo, além de garantir renda para as famílias, incentivar a diversificação, garantir alimentos para o auto-sustento e consequentemente diminuir o trabalho externo.

Com o aporte de recursos humanos (equipe técnica) e financeiros (aquisição de insumos e equipamentos) foi possível estruturar a produção e comercialização de alimentos limpos em torno da Cooperativa de Produção Agropecuária Dolcimar Luis Brunetto - Cooperdotchi (cooperativa dos assentados da região). Somente na safra 2008/2009 foram

produzidas mais de 170 toneladas de alimentos, tendo como carro-chefe a produção de pepinos. De fato, isso possibilitou a promoção da segurança e soberania alimentar, além da geração de trabalho digno e renda justa aos beneficiários.

Com intuito de fortalecer arranjos produtivos locais, novos programas de comercialização foram incentivados pelo governo federal, sobretudo os que destinavam o excedente da produção ao mercado institucional. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) garantiram a compra dos produtos da AUP e impulsionaram ainda mais a proposta na região.

Os resultados superaram as expectativas tanto dos agricultores beneficiários quanto dos gestores desta estratégia política. Uma rede de atores sociais foi sendo formada e consolidada e as ações se estenderam aos espaços urbanos mais fragilizados socialmente, como meta adicional. A proposta ganha corpo no contexto urbano com a adesão e apoio do poder público dos municípios de Joinville, São Bento do Sul, Mafra e Três Barras, em consonância com as ações desenvolvidas pelos Conselhos Locais de Segurança Alimentar (CONSEA's). Além da execução efetiva de todas as metas constantes no plano de trabalho, metas adicionais foram iniciadas dando suporte para que o Ministério do Desenvolvimento Social renovasse o convênio por mais 2 anos.

Continuidade das ações de fortalecimento da AUP no campo e na cidade (2010 - 2012)

Com resultados exitosos nas áreas periurbanas, as iniciativas do CAAUP/SC se estendem aos espaços urbanos. Além disso, a renovação do convênio sinalizou novo aporte de recursos garantindo a continuidade das ações do Centro.

Nesta nova etapa, intensificou-se a articulação entre Poder Público Municipal, Universidade, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e diversos atores da Sociedade Civil (Associação de Moradores, CONSEAS, Pastorais, Associação de Pais e Professores das Escolas Municipais, ONGs vinculadas à área etc.) para a criação de Comitês Gestores Municipais de AUP. Com a finalidade dialogar sobre a amplitude dos problemas sociais combinando as ações locais voltadas a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, estes comitês articulam, motivam, desenvolvem e monitoram as ações a nível municipal, facilitando enormemente a sinergia de ações necessárias à perenização da proposta.

O objetivo central é dar continuidade à promoção de um sistema de segurança alimentar nutricional na Região Metropolitana de Joinville a partir da implementação de Hortas Comunitárias e Escolares nas periferias das cidades dos municípios do Litoral Norte e Planalto Norte de Santa Catarina. Além disso, contribuir na assessoria técnica aos

agricultores da região com base na agroecologia, cooperativismo e economia solidária, visando criar perspectivas concretas de geração de trabalho e renda a partir da produção e comercialização dos produtos da horta.

Com a ampliação da proposta, o CAAUP visa apoiar diretamente 250 famílias residentes nas periferias dos municípios urbanos, com foco nas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e 250 famílias assentadas da reforma agrária da região norte/nordeste de Santa Catarina.

A meta de fomento a empreendimentos produtivos desta nova etapa, com término em julho de 2012, é a implantação de 12 projetos pilotos de Hortas Comunitárias e Escolares com média de 1.000 m² de área.

Durante o ano de 2010 a equipe técnica do CAAUP realizou inúmeras oficinas, fóruns de debate e palestras a fim de motivar e sensibilizar os cidadãos quanto ao desenvolvimento da AUP como ferramenta de combate a fome e a miséria. Deste árduo trabalho de articulação política decorreu a formação dos Comitês Gestores Municipais em três municípios: Joinville, São Bento do Sul e Mafra. Desde então, este comitês reúnem-se mensalmente para dialogar e encaminhar ações na tentativa de inserir a AUP no planejamento e gestão das cidades. Juntamente com os Comitês foram delimitadas áreas prioritárias que receberiam o projeto piloto da horta comunitária.

Para que a AUP seja uma opção na geração de ocupação e renda, é necessário que haja terra, espaço disponível para o cultivo, o que requer um entendimento e postura política frente à importância dessa atividade. Dessa forma, o terreno para implantação da horta comunitária foi cedido pela prefeitura às comunidades, enquanto os insumos (sementes agroecológicas, pó de rocha, etc) e instrumentos de trabalho (pás, enxadas, sementeiras, etc) foram comprados pelo CAAUP com recursos do governo federal.

A prática agrícola sempre esteve presente nos espaços urbanos. Porém, hoje, calçada numa ampla estratégia política de combate a fome. O enfoque social, cultural, econômico, ambiental e nutricional sustentam uma produção com bases agroecológicas.

No município de Mafra a necessidade era promover a implantação de hortas escolares, visto que a maioria dos estudantes têm na merenda escolar a única refeição reforçada do dia. Dessa forma, o CAAUP apoiou e fomentou com recursos e assistência técnica a implantação de 6 hortas escolares em instituições de ensino que não eram assistidas pelo Programa Feijão com Arroz (outra ação do governo federal). Com a parceria do Centro de Apoio, atualmente todas as escolas da rede municipal e estadual de ensino de Mafra possuem uma horta, que, além de servir de reforço saudável à merenda escolar é utilizada como uma ferramenta pedagógica de ensino. Entendemos que o despertar da consciência de cidadania e o direito a alimentação adequada é fundamental nesta fase

“escolar” da vida, por isso apostamos nas hortas escolares com intuito também de formar multiplicadores, preocupados com a vida, com a saúde e com a natureza.

Já nos municípios de São Bento do Sul e Joinville a prioridade era atender famílias em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, em parceria com o poder público local o CAAUP implantou 6 hortas comunitárias: 2 em São Bento do Sul e 4 em Joinville. Também como projetos piloto, as 6 hortas comunitárias foram montadas com a ajuda da própria comunidade.

Nos primeiros meses de 2011 as frequentes e intensas chuvas castigaram a região. Mesmo com este entrave, os agricultores urbanos empenharam-se em fazer da horta não somente um espaços de produção, mas também um local de terapia, troca de saberes e lazer, embelezando o que antes era um “vazio urbano”. Uma das 4 hortas de Joinville, que está com a produção mais avançada, já relata bons resultados. A comunidade do entorno busca na horta produtos frescos, de qualidade e de fácil acesso. Para as pessoas que trabalham na horta a economia doméstica já é uma realidade: frutas, hortaliças, ervas medicinais e condimentares livres de insumos sintéticos estão disponíveis na horta para o consumo.

A maioria das pessoas beneficiárias do CAAUP nas cidades tem origem no campo. Contudo, com o passar do tempo e as dificuldades para subsistir no meio citadino acabaram perdendo o “*savoir faire*” no cultivo da terra. Sabendo desse desafio, oficinas e cursos de capacitação foram planejados e, desde a renovação do convênio, estão sendo realizados pela equipe técnica do Centro de Apoio. Com as formações, os agricultores têm suas capacidades fortalecidas e condições de prover seu sustento e de sua família por meio do cultivo da terra. Os temas englobam desde a questão de gênero e trabalho coletivo até assuntos técnicos como manejo agroecológico do solo, produção de mudas, reutilização de resíduos orgânicos e comercialização. As oficinas ocorrem mensalmente em cada comunidade, de acordo com a demanda e a necessidade de cada local.

Efetivamente, 390 famílias estão sendo diretamente beneficiadas nas áreas urbanas, seja pelo processo de formação ou com a produção nas hortas (escolares e comunitárias). Indiretamente, este número se eleva se analisarmos os benefícios à comunidade e a cidade como um todo: melhoraria na dieta alimentar das famílias e aumento da renda, exerce papel importante no melhor uso do solo urbano e no cumprimento da função social da terra, possibilitando a construção de cidades resilientes e socialmente justas.

A estruturação do processo produtivo nas áreas de assentamento e o fortalecimento das ações em rede corroboraram os bons resultados da safra 2009/2010. Mais de 600 toneladas de alimentos foram produzidas. Tal produção foi possível pelo fomento e implementação de 425 unidades familiares de produção, superando o objetivo e as expectativas do Centro. Com a abertura do canal de comercialização via mercado

institucional, a compra dos excedentes desta produção estava garantida e um arranjo produtivo local está sendo consolidado, beneficiando diretamente mais de 1200 pessoas.

Dessa forma, observando as demandas e a amplitude da proposta seria conveniente a aquisição de equipamentos para o pré-processamento de alimentos, proporcionando agregação ao valor do produto para comercialização, além de possibilitar a entrega dos alimentos para merenda escolar a partir do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Com recursos do governo federal, o CAAUP fomentou a aquisição de equipamentos que devem estruturar uma agroindústria de pré-processamento na região do planalto norte do estado, ainda este ano. Além de absorver boa parte da produção dos assentamentos, o investimento possibilitará geração de trabalho e renda às famílias implicadas na proposta.

Pela exitosa experiência até o momento, o CAAUP de Santa Catarina vem contribuindo na construção da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, a qual é estratégica para gerar trabalho e renda com a produção, industrialização e comercialização solidária de alimentos pelos agricultores familiares urbanos e periurbanos.

Nossa perspectiva futura, e também um desafio, é de possibilitar a perenização das ações, pois sabemos que prática da agricultura familiar urbana e periurbana cumpre um papel estratégico no abastecimento alimentar nas cidades brasileiras, em especial as localizadas nas regiões metropolitanas e com grande contingente populacional marginalizado pela fome e pobreza.

Considerações finais

O Brasil é uma das mais pujantes economias do planeta, situando-se entre as dez mais poderosas nações do mundo. Paralela e paradoxalmente a este fato temos a quarta pior distribuição de renda de todo o planeta. Isto se reflete no estado de degradante penúria em que vivem milhões de sub-cidadãos no campo e na cidade.

Há um imenso caminho a ser percorrido para se saldar minimamente esta dívida histórica do país para com seu povo.

Nos últimos anos um importante conjunto de políticas públicas tem sido implementadas com esta direção.

No planalto norte de Santa Catarina, região dotada de um IDH dos mais baixos do sul do Brasil a política de agricultura urbana e periurbana tem contribuído para transformar a paisagem sócio física da região.

No lugar da desolação, do desamparo, da desesperança lentamente vemos aparecer centenas de famílias com trabalho e geração de renda digna; de outra parte um número imponderável de pessoas carentes consumindo alimentos orgânicos em quantidade e qualidade adequados.

Isto só é possível com fundos públicos articulado: de um lado provendo os insumos necessários à produção com assistência técnica competente e dotada de tecnologia apropriada. De outro, o próprio poder público adquirindo estes alimentos para a distribuição gratuita entre as populações carentes.

Em outras palavras estamos logrando assegurar camponeses na terra e alimentar os setores fragilizados das cidades.

Todo este benefício, abrangendo centenas de camponeses e milhares de pessoas beneficiadas, é financiado pelo governo federal com um montante de recursos rigorosamente irrelevante, tendo em vista a magnitude dos resultados até agora alcançados.

Para concluir, "last but not least", temos todas as razões para comemorar como resultado direto de nossa ação o abandono, ainda que por uma pequena parcela, do plantio do fumo, subtraindo estes agricultores de verdadeira escravidão que os liga estruturalmente às grandes multinacionais do tabaco, melhorando suas condições de vida de saúde, requalificando suas atividades para uma direção que jamais poderia ter sido abandonada: a produção de alimentos livres de venenos para a si e para as cidades.